

## ILUSTRÍSSIMO (A) PREGOEIRO (A) DO MUNICÍPIO DE ITARANA – ES.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026

**MARIA [REDACTED] CANTARELI**, brasileira, solteira, advogada, inscrita no CPF 063.[REDACTED]41-[REDACTED], com endereço profissional à Av. [REDACTED], não se conformando com parte do edital em epígrafe, vem oferecer sua **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** pelos fundamentos de fato e de direito a seguir expostos:

### **I. DOS FATOS**

---

1. A Impugnante tomou conhecimento da publicação do edital em epígrafe, cujo objeto é a "Aquisição de material médico hospitalar, destinados ao atendimento aos munícipes usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) e as Unidades Básicas de Saúde do município, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência".
2. Ocorre que, ao analisar o edital do certame, verifica-se que os itens estão restritos a participação de empresas de pequeno porte e/ou microempresas, o que, com a devida vênia, representa restrição ao caráter competitivo da disputa.
3. Considerando que tal proceder, conforme já exposto, configura grave prejuízo aos objetivos das licitações, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do artigo XX da Constituição Federal de 1988, a presente Impugnação tem por finalidade requerer a apuração do ocorrido e a consequente correção do ato convocatório.

### **II. DO DIREITO**

#### **II.1 – DA EXCLUSIVIDADE PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

---

4. O Edital possui seus itens destinados exclusivamente a microempresas e empresas de pequeno porte; entretanto, a licitação em referência tem por objeto a aquisição de produtos para saúde (material médico-hospitalar), sendo que, nesse ramo de atividade, grande parte das empresas que fornecem os objetos licitados não se enquadra como EPP/ME.
5. A realização do Pregão com exclusividade à EPP/ME se dá em razão de os valores dos itens serem inferiores a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), prevalecendo assim a regra prevista no artigo 48, I da Lei Complementar 123/2006, alterado pela lei 14.133/2021.

6. A legislação que prevê a possibilidade de certame exclusivamente destinado para EPP/ME não se resume a analisar somente o valor destinado para contratação como critério de definição, devendo ser levado consideração fatores externos que garantem a lisura do processo licitatório.

7. Assim determina no artigo 49, do mesmo diploma legal, hipóteses que afastam a exclusividade da contratação da EPP/ME para itens inferiores a R\$ 80.000,00. Vejamos:

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:  
II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;  
III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

8. De fato, é um poder-dever da Administração Pública realizar certames destinados exclusivamente às empresas de menor porte, no entanto, deve prevalecer, sempre, o fomento à competitividade, garantia, segurança jurídica, legalidade e isonomia.

9. Ademais, é irrisória a participação de empresas com essas características no universo de contratações públicas de materiais médico-hospitalares, o que nos leva a concluir que pela previsão do disposto no artigo 49, II, o presente certame não poderá ser restrito à EPP/ME.

10. Assim, reforça-se que o valor do item não é critério absoluto para determinar a exclusividade de uma licitação para EPP/ME, devendo ser observados todos os requisitos legais para aplicação de tais benefícios.

11. Dessa forma, o edital nos moldes em que se encontra restringe a participação de fabricantes, distribuidores e empresas do ramo que possuem o condão de executar o objeto licitado com preços competitivos, prevalecendo-se as EPP/ME, que em regra são revendedoras de produtos diversos, que os adquirem e os revendem agregando custos diversos, tributos, transportes e lucros, durante toda a cadeia comercial até a finalização da venda, tornando-os excessivamente onerosos.

12. Com efeito, se a Administração insistir na limitação da presente licitação com exclusividade para ME/EPP, há o grande risco de ver frustrado o certame por não conseguir comprar equipamentos de qualidade pelo preço estimado de referência ou de pagar mais caro pelos itens licitados, uma vez que restará ausente o caráter competitivo da licitação.

13. A bem da verdade o que se espera é que o presente certame não tenha itens com participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, em razão da incerteza do êxito da licitação que pode resultar fracassada/deserta, comprometendo assim a continuidade da atividade pública; e pior **pelo risco de contratação não vantajosa para administração pública.**

14. Como solução para que não ocorra o que fracasso do certame, posto que não é essa a intenção do procedimento licitatório, a Administração Pública pode-se valer de duas alternativas, quais sejam: ampliar a concorrência ou para concorrência com cota reservada, ou ainda, admitir o modelo de **ITEM ESPELHO**.

15. Ambas as escolhas estão revestidas de legalidade e atenção aos princípios básicos do procedimento licitatório, tais como economicidade e competitividade, uma vez que ampliam a participação de diversas empresas no certame, garantem o menor preço a ser alcançado pela Administração e minimizam a possibilidade de o certame ser declarado fracassado.

16. Quanto ao item espelho, assim dispõe Ronny Charles Lopes de Torres em sua 10ª edição da obra Leis de Licitação Públicas comentada:

#### 27.4.1 LICITAÇÕES EXCLUSIVAS E ITENS ESPELHOS

(...)

A atual regulamentação federal deixa muito a desejar em sua tarefa de suplantar este problema. A solução para essas questões exige um aperfeiçoamento na regulamentação específica e a construção de soluções concretas, como a duplicação de itens, criadas pelos diligentes gestores e pregoeiros da área de saúde da UFBA, evitando os prejuízos decorrentes de certames desertos ou fracassados. Nessa duplicação, denominada de itens espelhos (ou itens clones), o órgão licitante, em uma licitação de 100 itens exclusivos para ME/EPP, todos abaixo de R\$ 80.000,00, monta o seu edital com 200 itens. Os 100 primeiros exclusivos, conforme determinada a legislação, e os 100 seguintes, "espelhando" os primeiros, com competição aberta também a grandes empresas. Insere-se, ainda, uma regra no edital, definido que os resultados dos "itens espelhos" (itens 151 e 15201 a 200) apenas serão adjudicados, na hipótese de deserção ou fracasso do item exclusivo. Com tal procedimento, **evita-se que eventual licitação deserta ou fracassada frustre o atendimento da pretensão contratual, exigindo novo certame, com dispêndio de mais recursos financeiros e, sobretudo, de tempo, essencial para o atendimento eficiente da função administrativa**, notadamente em áreas sensíveis, como a saúde pública. Mas ainda, tal procedimento permite avaliar o aumento do custo que a política pública de estabelecer licitações exclusivas tem gerado. Na prática, os servidores que vêm adotando os itens espelhos têm identificado, em algumas licitações, grandes distorções entre os preços alcançados nos itens exclusivos, em comparação aos itens alcançados nos itens espelhos (com competição ampla). Essas grandes distorções, em nosso entender, podem justificar a não adoção das licitações exclusivas, para as ulteriores licitações com o mesmo objeto. Em outros casos, identifica-se ainda pior: a microempresa participa do item exclusivo e do "item espelho", reduz muito seu valor neste último (de ampla competitividade), contudo mantém alto o valor de sua proposta, sem qualquer negociação, no item exclusivo! Tal atitude indica um comportamento reprovável, justificando o cancelamento do item exclusivo, para contratação do item espelho. (TORRES, Ronny Charles Lopes. Leis de Licitações Públicas Comentadas. 10ª Edição. Salvador: Ed. JusPodivm, 2019. P. 1.162-1.163) (destacamos)

17. Ao determinar o espelhamento dos itens, a Administração permite que, caso sejam fracassados os lances exclusivos para EPP e ME, na mesma sessão sejam apresentadas propostas por empresas de

grande porte, utilizando assim do mesmo procedimento licitatório e evitando desperdício tempo e erário público para abertura de um novo processo.

18. Isto posto, requer-se que os itens deste edital sejam abertos à ampla concorrência ou à cota, por ser medida necessária a atender os princípios basilares da licitação, tais como competitividade e economicidade, ou, caso não seja o entendimento de Vossa Senhoria, o que se admite apenas por amor ao debate, requer que seja admitido o modelo de "ITEM ESPELHADO".

### **III. DOS PEDIDOS**

---

19. Pelo exposto e do mais que nos autos consta, espera e requer a Vossa Senhoria a PROCEDÊNCIA da presente impugnação para que os itens deste edital sejam abertos à ampla concorrência ou à cota, por ser medida necessária a atender os princípios basilares da licitação, tais como competitividade e economicidade, ou, caso não seja o entendimento de Vossa Senhoria, o que se admite apenas por amor ao debate, requer que seja admitido o modelo de "ITEM ESPELHADO".

20. A retificação do Edital nos moldes desejados é medida que se espera sob pena de serem levados aos Órgãos de Controle as atrocidades acometidas em todo processo licitatório.

21. Requer, ainda, que todas as intimações, caso encaminhadas eletronicamente, sejam enviadas ao e-mail mari[REDACTED]@[REDACTED].com.br e, caso encaminhadas em meio físico, sejam direcionadas ao endereço [REDACTED].

De [REDACTED], 05 de fevereiro de 2026.

[REDACTED]  
[REDACTED]  
[REDACTED]  
**MARIA [REDACTED] CANTARELI**  
**OAB/GO [REDACTED]**